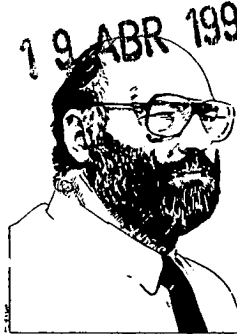


ANTÔNIO CARABALLO

Maquiavel e o príncipe

CORREIO BRAZILENSE



O governo está comemorando a perspectiva de abril registrar inflação zero. E Antônio Kandir, um dos principais assessores da ministra Zélia Cardoso de Mello, já admite repetir a dose em maio. A equipe econômica parece não resistir à tentação de manter a proibição de aumentos de preços e salários. Esse engessamento da vida econômica do País, contudo, não se sustenta mais 30 dias em tal intensidade, senão à custa de uma recessão explícita.

As discussões sobre o Plano Collor tomaram o lugar do futebol nas rodas de bate-papo do brasileiro. Vencida a etapa de sua sanção legislativa, não tem sentido discutir o que já foi feito. Mas é importante refletir sobre o que está por vir. Poucos economistas, dentro e fora do Governo, admitem dúvidas sobre um crescimento negativo do produto interno este ano. Se a crise será menor, igual ou maior que a do período 1981-83, isso é algo que vai depender das próximas decisões do Presidente da República.

O drama brasileiro é a recessão. Com um crescimento demográfico que joga no mercado de trabalho mais de um milhão de jovens todos os anos, um Brasil em recessão viveria consequências sociais muito mais nefastas que os problemas enfrentados pelas sociedades estabilizadas do Primeiro Mundo, diante de situações semelhantes.

Para evitar explosões de consumo, ao estilo dos planos Cruzado e Bresser, o Governo congelou 80 por cento da moeda do País no Banco Central. Preços e salários foram imobilizados. Os ganhos da ciranda financeira sumiram e as empresas voltaram a brigar ferozmente pelos escassos cruzeiros disponíveis nos bolsos dos consumidores. Em meio a um desencanto com as aplicações financeiras, a sociedade viu uma bolha de consumo tomar as manchetes dos jornais.

Nos primeiros 30 dias do Plano Brasil Novo, pessoas e empresas trataram de levar a situação da melhor maneira possível, à espera de uma visão mais clara do futuro. Passado o impacto inicial, ficou a esperança de que as torneiras do Banco Central fossem acionadas na exata dimensão da sede que tivesse o sistema produtivo. Parece claro, no entanto, que não há dinheiro suficiente, em circulação, para permitir o pagamento de salários, tributos e fornecedores, além de financiar o consumo de bens e serviços em bases compatíveis com a preservação do mercado de trabalho.

A segunda etapa do programa de estabilização, a fase de sustentação da vida econômica, após o controle da inflação, terá em maio sua grande prova de fogo. Como manter o congelamento sem ameaçar novas quedas na produção e a consequência do desemprego? Como estimular de novo a poupança na classe média? Onde gerar cruzeiros para apoiar setores estratégicos e descapitalizados, como a agricultura e a indústria de bens de capital, admitindo-se que segmentos igualmente importantes, como a construção civil e a indústria automobilística, contenham suas hemorragias com os analgésicos ministrados pelo Governo?

A equipe econômica parece inspirar-se em Maquiavel, ao recomendar que o mal seja feito todo de uma vez, para que em seguida se faça o bem aos poucos. O Príncipe, em nosso caso, certamente conta chegar às eleições de outubro com a inflação liquidada e o amargor do remédio esquecido pelas benesses do novo crescimento econômico.

Mas, como a diferença entre remédio e veneno é só a questão da dose, não são poucas as lideranças políticas e empresariais, hoje, que temem pelo desmonte de vários segmentos da economia brasileira. Se isso ocorrer agora, o custo e o prazo para a recuperação serão muito maiores. Se faltarem competência e sensibilidade à equipe econômica, o Governo poderá descobrir que a recessão é um cabo eleitoral tão bom quanto a prosperidade. Só que contra o Príncipe.